



Entre trilhas e saberes: uma análise da atuação dos condutores de visitantes no Vale do Pati (Chapada Diamantina – Bahia)

Between trails and knowledge: an analysis of the performance of tour guides in the Vale do Pati (Chapada Diamantina – Bahia - Brazil)

Juliana Vieira Barbosa da Conceicao Teixeira, Carolina de Andrade Spinola, Renato Barbosa Reis, Gabriel Barros Gonçalves de Souza

RESUMO: Esta pesquisa analisa o perfil, as condições de trabalho e o papel desempenhado pelos condutores de visitantes para a sustentabilidade do ecoturismo desenvolvido no Vale do Pati, destino emblemático situado no interior do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA). Baseada em uma pesquisa de levantamento, revela que esses trabalhadores desempenham papel essencial para o ecoturismo local, articulando segurança, educação ambiental, mediação cultural e conservação dos recursos naturais. Os resultados evidenciam desafios enfrentados por esses trabalhadores, como a sazonalidade da atividade, a falta de reconhecimento formal, a baixa remuneração e a ausência de políticas públicas específicas, mas também destacam o orgulho e o vínculo afetivo que mantêm com o território e a comunidade. O estudo aponta para a necessidade de maior valorização, formação continuada e fortalecimento da organização coletiva, visando consolidar o ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável e de preservação da identidade cultural local.

PALAVRAS-CHAVE: Guias Turísticos; Ecoturismo; Profissão. Turismo Sustentável.

ABSTRACT: This research analyzes the profile, working conditions, and role of visitor guides in promoting the sustainability of ecotourism in Vale do Pati, an emblematic destination located within the Chapada Diamantina National Park (Bahia, Brazil). Based on a survey, the study reveals that these workers play an essential role in local ecotourism by combining safety, environmental education, cultural mediation, and the conservation of natural resources. The results highlight challenges faced by these professionals, such as the seasonality of the activity, lack of formal recognition, low pay, and absence of specific public policies. However, they also underscore the pride and emotional connection the guides maintain with their territory and community. The study points to the need for greater recognition, continuous training, and strengthened collective organization to consolidate ecotourism as a tool for sustainable development and the preservation of local cultural identity.

KEYWORDS: Tour Guides. Guided Trails; Profession; Sustainable Tourism.

Introdução

O turismo de natureza em Unidades de Conservação (UCs) têm sido fortemente estimulado pelo Governo Federal como uma estratégia válida de promoção da educação ambiental, da geração de emprego e renda e de valorização das comunidades locais. (Brasil, 2025^a, Cury, 2005; Davenport *et al*, 2002)

Este movimento de indução tem ampliado a visitação destes espaços que, em 2024, receberam o número recorde de 25,5 milhões de pessoas, tendo 49% deste fluxo se direcionado para os Parques Nacionais (ICMBio, 2025).

A despeito dos argumentos a favor deste movimento, respaldados por uma intenção de dotar essas unidades da infraestrutura necessária para a atividade, cerca de 60% dos parques brasileiros ainda se ressentem da ausência dessas condições (Semeia, 2019).

Nesse contexto de carências infraestruturais, institucionais e de crescentes pressões sobre a qualidade ambiental dessas áreas protegidas a figura dos condutores de visitantes ganha importância, uma vez que se constituem, segundo Ribas; Hickenbick, (2012), são promotores da cultura local e da conservação dos ecossistemas, capazes de despertar uma nova consciência ambiental entre os visitantes.

De acordo com a Instrução Normativa 08/2008 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em UCs federais, os condutores de visitantes são:

[...] pessoas cadastradas pelo órgão gestor da unidade de conservação, que receberam capacitação específica e que são responsáveis pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poderem contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação.

Cabe destacar nesta definição que, ao atuar dentro de Unidades de Conservação (UC), os condutores precisam ser cadastrados e ter sua atuação autorizada. Ainda segundo a mesma norma, eles devem, preferencialmente, ser moradores do entorno. De fato, o que se observa é que grande parte destes prestadores de serviço são “nativos” da região, pessoas cuja subsistência está tradicionalmente relacionada às dinâmicas naturais dos espaços protegidos e que utilizam esses conhecimentos vivenciais do meio biológico e cultural na mediação com o público visitante das UCs (Ribas; Hickenbick, 2012; Meira; Hintze, 2018; Almeida; Rocha, 2023).

Como decorrência dessas características, o condutor de visitantes, segundo Nogueira (2011), também é popularmente conhecido por denominações como “guia mateiro”, “guia de selva”, “condutor de ecoturismo”, “monitor ambiental”, dentre outros nomes, ao mesmo tempo em que, erroneamente, também é confundido com a figura do guia de turismo.

No que se refere a este último, de acordo com a Lei nº 8.623 de 1993, os dois ofícios se diferenciam pela natureza e abrangência da formação requerida para o seu exercício. O guia de turismo é um profissional de nível técnico, cuja atuação está regida por este dispositivo legal, e que apresenta formação e práticas profissionais espacialmente mais abrangentes, a exemplo dos guias regionais e nacionais, e de atribuições distintas embora também possam ofertar seus serviços em áreas protegidas e no interior das UCs (Ribas; Hickenbick, 2012; Zettermann; Vergara, 2017).

Um outro aspecto relacionado com a atuação dos condutores de visitantes e que também é foco desse artigo é o papel que exercem auxiliando os órgãos ambientais no monitoramento do Uso Público das UCs (Ferreira; Coutinho, 2010), notadamente em unidades de proteção integral como os parques nacionais, necessitando, para tanto, também passar por capacitações específicas (Silva; Crispim; Andrade; Regala, 2021).

O Vale do Pati, objeto deste artigo, encontra-se situado na área central do Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) e sua travessia é feita por meio de uma das trilhas de ecoturismo mais icônicas do Brasil (Marback, 2018; Folmann, 2020). Além do apelo cênico baseado em paisagens representativas dos ecossistemas de Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga (Funch, 1997; Schwarz, 2017; Folmann, 2020), o turista que opta por este roteiro é acolhido pela comunidade local que compartilha suas histórias de resistência, às dificuldades e prazeres de morar em um local remoto, buscando conciliar o seu modo de vida tradicional com as limitações impostas pela legislação (Marback, 2018).

Por se tratar de um lugar inserido em um Parque Nacional, o atendimento ao turista tem particularidades específicas além, principalmente, da necessidade de uma condução contextualizada. Não se sabe, ao certo, a quantidade de condutores e guias que operam esse roteiro, uma vez que eles se apresentam isoladamente, vinculados a agências de turismo e a associações de condutores de cinco municípios que dão acesso ao Parque. Recentemente, a criação da agência de turismo Nativos do Vale do Pati e da Associação das Guias e Conductoras do Território da Chapada Diamantina, primeira associação de mulheres guias no Brasil, se constituíram em marcos significativos e em um diferencial na história da profissão de condutores e guias.

O presente artigo deriva de uma dissertação de mestrado que teve como escopo mais amplo analisar a percepção ambiental dos residentes e trabalhadores do Vale do Pati e sua relação com os modos de vida e a atividade turística exercida na região. Entende-se que a abordagem dos condutores neste contexto se justifica pelo pouco protagonismo de que desfrutam na literatura acadêmica (Zettermann; Vergara, 2017; Santos; Tomazzoni, 2020), bem como da necessidade de destacar o importante e muitas vezes invisível papel que desempenham em nome da conservação da sociobiodiversidade, notadamente em conjunturas adversas.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

O Vale do Pati é geograficamente localizado através das coordenadas aproximadas de 12°57' S e 41°26' W. É cortado pelos limites municipais de Mucugê e Andaraí e está inserido na parte central do PNCD criado em 1985 (Guanaes, 2006), (Figura 01).

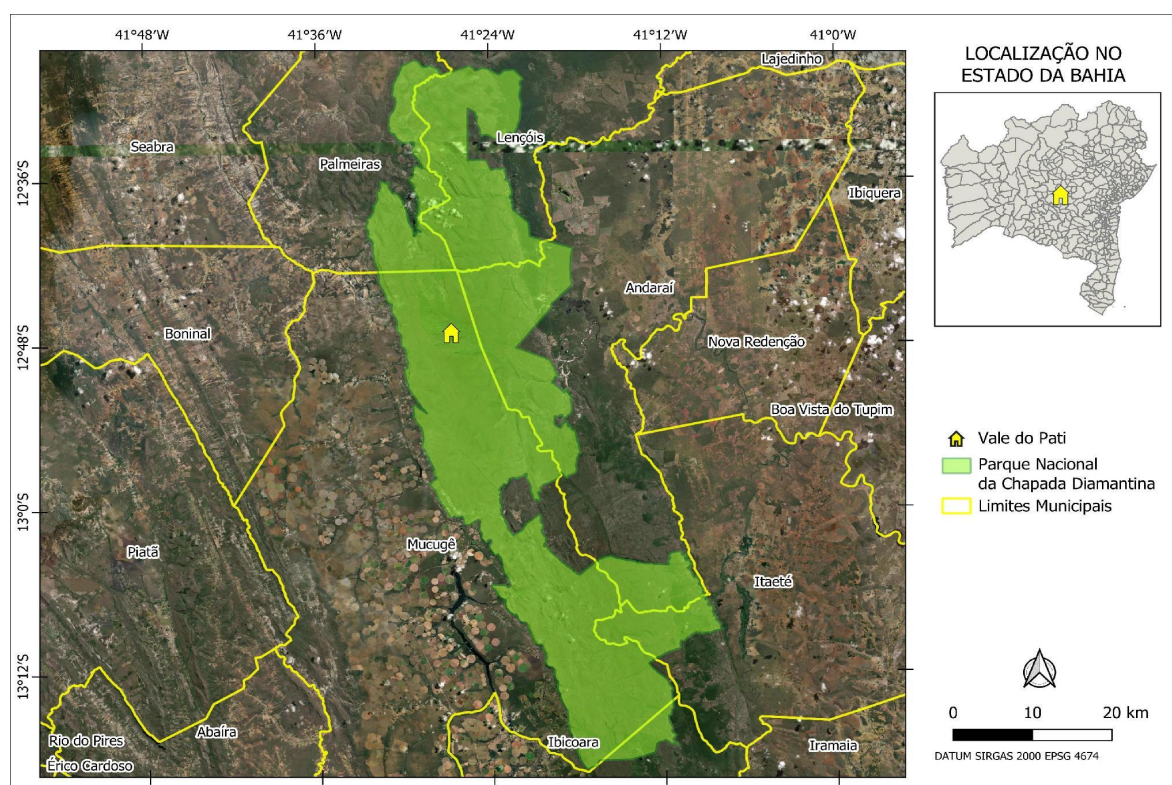


Figura 1: Mapa de localização do PNCD, Vale do Pati e os limites municipais.

Figure 1: Location map of PNCD, Vale do Pati, and municipal boundaries.

Fonte: Google satélite, 2025; Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD (polígono verde) Ministério do Meio Ambiente; Malha Municipal (linhas amarelas) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração própria dos autores.

Source: Source: Google Satellite Image, 2025; Chapada Diamantina National Park – PNCD (green polygon) Ministry of the Environment; Municipal Boundaries (yellow lines) Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Prepared by the authors.

Coletada de dados

Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários com guia e/ou condutores que atuam no Vale do Pati. No total foram aplicados 21 questionários em setembro de 2023. Para assegurar o anonimato dos participantes da pesquisa, os respondentes foram identificados com numeração sequencial C1, C2 e assim por diante. A aplicação dos questionários ocorreu de duas formas, remotamente e presencialmente, sendo respectivamente, através de ligações via aplicativo WhatsApp valendo-se da técnica bola de neve (*snowball* - método de amostragem

utilizado em pesquisas qualitativas) (Goodman, 1961) e em campo durante a trilha percorrida entre os dias 26 a 29 setembro de 2023.

Análise de dados

Os dados coletados foram digitados em banco de dados *EPI INFO* e variáveis contínuas e discretas foram analisadas respectivamente através de medidas de tendência central, dispersão e frequências simples e relativas.

Aspectos éticos

Os resultados obtidos fizeram parte da pesquisa de campo da dissertação de mestrado intitulada *PERCEPÇÃO AMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM OS MODOS DE VIDA E ATIVIDADE TURÍSTICA NO VALE DO PATI (CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA)*, que recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Salvador (UNIFACS), conforme o Parecer nº 6.655.665 e o CAAE nº 76555623.7.0000.5033.

Resultados e Discussão

Entre regulamentação, prática e identidade

No ano de 1999, a Organização Mundial do Turismo (OMT) junto com a ONU adotaram o Código Mundial de Ética no Turismo (CMT), como um conjunto de princípios que norteiam o turismo responsável, sustentável e universalmente acessível. O intuito era minimizar os impactos negativos do turismo e maximizar seus benefícios econômicos, sociais e culturais. A formulação destes princípios norteadores enfatiza a valorização das comunidades e culturas locais, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, onde propõe que o turismo contribua para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, especialmente nos países em desenvolvimento.

As certificações e associações para o exercício da profissão em alguns lugares da Europa e da América do Norte são rigorosas e requerem a padronização dos serviços. No contexto global, organizações como a OMT fornecem orientações éticas e recomendações gerais, mas não estabelecem normas vinculantes para o trabalho dos guias.

Existem diferentes abordagens internacionais relacionadas à formação e regulamentação de guias de turismo. Por exemplo, em Hong Kong, o sistema de guias é informal onde os guias experientes auxiliam novos profissionais, mas a ausência de certificação oficial resulta em variações no nível de profissionalismo. Já em Malawi, no sudeste da África, especialistas propõem um modelo mais estruturado, que inclui treinamento formal, uma associação representativa e certificação oficial pelos órgãos governamentais. Na União Europeia, destaca-se a iniciativa de 2008 para padronizar o treinamento e definir critérios claros para o exercício da profissão, indicando um esforço pela uniformidade e qualificação profissional no setor (Santos; Tomazzoni, 2020).

Em comparação a outros países, o Brasil se destaca por seu grande potencial turístico, e o trabalho de guia de turismo é considerado uma atividade econômica relevante, pois integra a cadeia produtiva do setor, gerando renda direta e indireta por meio da prestação de serviços personalizados. Conforme constatado pela FecomercioSP, o turismo brasileiro faturou R\$95,3 bilhões no primeiro semestre de 2024, alcançando o melhor resultado desde 2019 e registrando um crescimento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2023 (Fecomercio-SP, 2024).

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 180, cabe ao poder público promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Já os Arts. 215 e 216 tratam da proteção e valorização da cultura nacional. A regulamentação e fiscalização de profissionais e atividades ligadas ao turismo são detalhadas em legislação infraconstitucional, que busca garantir políticas específicas para o setor. No ano de 1993 a profissão de guia foi regulamentada pela Lei Nº 8.623 e visa garantir a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos visitantes, ao exigir capacitação técnica e registro no CADASTUR, vinculado ao Ministério do Turismo.

No Brasil, o cadastro oficial de guias de turismo foi disponibilizado pela primeira vez em 2006, registrando 1.816 profissionais com informações como categoria, contato, localidade e fluência em idiomas. Até o início do terceiro trimestre de 2024, esse número havia crescido para 35.436 guias cadastrados, refletindo uma taxa de crescimento de aproximadamente 1.851% ao longo de 18 anos. Esse resultado equivale a uma taxa média de crescimento anual próxima de 17,95%. Santos; Tomazzoni, (2020, p. 77) destacam que a regulamentação trouxe avanços importantes, como a exigência de cadastro junto ao Ministério do Turismo e a obrigatoriedade de cursos de formação específicos. Assim, o aumento no número de profissionais cadastrados também pode ser atribuído às ações de qualificação promovidas pelo Ministério do Turismo.

Apesar de ser a única profissão regulamentada do setor de turismo, conforme Santos; Tomazzoni (2020, p. 88), esse fato constitui um dos principais argumentos que evidenciam a importância desse profissional. Sendo também reconhecida pelo Conselho Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) com o código 7912-1/00 - Serviços de Guia de Turismo, que determina em subclasse, compreende as atividades do guia turismo, atribuindo a este profissional a função de executar roteiro turístico, que transmita informações, organizam as atividades do dia, realizam tarefas burocráticas e desenvolvem itinerários e roteiros de visitas (Santos; Tomazzoni, 2020).

O Código Brasileiro de Ocupações (CBO) número: 5114-05 classifica a profissão de guia de turismo e destaca as condições gerais de trabalho desses profissionais. A atuação pode ocorrer em empresas de turismo ou órgãos governamentais de fomento ao turismo, abrangendo as esferas municipal, estadual e federal. Para exercer a profissão, exige-se escolaridade mínima de Ensino Médio e domínio de línguas estrangeiras, sendo necessário, em média, cinco anos de experiência para o pleno desempenho das funções. As ocupações listadas nesta família ocupacional

demandam formação profissional e são consideradas no cálculo do número de aprendizes que os estabelecimentos devem contratar, conforme o artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto nos casos previstos no artigo 10 do Decreto nº 5.598/2005.

Os guias geralmente trabalham de forma individual, conforme a portaria MTur nº 130 de 2011, que permite aos guias de turismo terem cadastro como Microempreendedores Individuais (MEI), podendo ser tanto para pessoas físicas, como pessoas jurídicas (Zettermann; Vergara, 2017), sob supervisão ocasional, em ambientes variados, como espaços fechados, veículos ou ao ar livre, principalmente durante o dia.

O mais recente marco na regulação da profissão foi a ementa da Lei 14.971/24, que institui 10 de maio como o Dia Nacional do Guia de Turismo. Acredita-se que o reconhecimento dessa data ajudará a promover a conscientização sobre o papel essencial dos guias de turismo, incentivando o reconhecimento e a valorização desses profissionais, que atuam como representantes do Brasil.

Embora o guia seja uma profissão importante para o turismo, essa profissão é explorada com base em múltiplas abordagens possíveis (Zettermann; Vergara, 2017 p. 209). Além disso, a regulamentação do trabalho de guias busca a necessidade de reforçar e respeitar os direitos humanos, combater a exploração, especialmente sexual, e promover a igualdade de gênero no setor turístico, fomentando o turismo acessível para todos e como uma ferramenta para promover o diálogo entre culturas, a paz e o entendimento global podendo dessa forma servir como referência para políticas públicas, ações empresariais e comportamentos individuais no setor turístico.

Considerando o amplo potencial e a rica diversidade cultural, histórica, natural e turística do estado da Bahia, a atividade de guia de turismo apresenta-se como uma oportunidade de ocupação promissora. Segundo o Boletim de Análise Conjuntural do Turismo da Bahia publicado em setembro de 2024, o turismo na Bahia cresceu 12,6% no segundo trimestre de 2024, resultado superior à média nacional, o que sugere que o estado teve um desempenho destacado em relação ao restante do Brasil no mesmo período. No entanto é possível destacar que este mesmo boletim apresenta a contribuição do turismo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado e o aumento da oferta de procura pelos serviços turísticos que chegou a contabilizar uma ampliação de 3,4%, e colaborou no resultado positivo do PIB de 2,2% no segundo trimestre de 2024, mas não aponta nenhum dado sobre os guias que atuam no estado bem sua contribuição para o setor.

A atividade de guia turístico na Bahia se caracteriza principalmente por sua versatilidade, por se tratar de um estado com o maior litoral do Brasil com praias paradisíacas, Patrimônio Histórico e Cultural, Gastronomia, Festas e Tradições Populares, Comunidade Tradicionais, Ecoturismo e Turismo de Aventura, e a Chapada Diamantina famosa por suas trilhas, cachoeiras, grutas e formações rochosas impressionantes. Necessitando do condutor com conhecimento especializado acompanhando pessoas em área

limitada de parque, e capacidade de adaptação a diferentes perfis de turistas e tipos de turismo, sendo uma profissão essencial para o desenvolvimento e promoção do turismo sustentável e responsável no estado.

O território como espaço de trabalho e resistência dos condutores do Vale do Pati

A comunidade residente no Vale do Pati ocupa a área anteriormente à criação do PNCD, tendo vivenciado diversos ciclos econômicos da região da Chapada Diamantina, inclusive o ciclo do café, que foi a principal atividade até sua erradicação deflagrada em 1960 pelo governo federal (Spinola, 2005; Gonçalves, 2016; Nascimento, 2018). Atualmente a principal atividade econômica da comunidade é o turismo, fomentado pelas agências de turismo e pelos residentes, tendo condutores como principal aliado para o desenvolvimento da prática do turismo local.

As trilhas no Vale do Pati, chegam a ter 46 km dependendo do percurso desejado, sendo muito procuradas para a prática do *trekking* (Folmann, 2020), por ter percursos íngremes e de alta altitude com atrativos naturais como rios, cachoeiras, mirantes e formações geomorfológicas peculiares. A prática do ecoturismo nessas condições implica na condução de grupos em trilhas de difícil acesso, promovendo a experiência de imersão na natureza e o contato com as tradições culturais e o modo de vida peculiar de uma comunidade econômica.

Com a criação do PNCD, a turistificação do Vale do Pati ganhou força, movida tanto pelo interesse comercial das agências quanto pela necessidade de subsistência dos poucos moradores locais. A proibição das atividades agrícolas e da criação de animais decorrente das normas de proteção integral do parque forçou uma transição econômica, transformando o atendimento ao turista na única alternativa de geração de renda para a população residente. (Spinola, 2005).

Os condutores desempenham um papel fundamental, tanto no fomento à educação ambiental seja nas orientações de ações e atitudes para o cuidado com o ambiente ou explicando sobre a fauna, flora, geografia, geomorfologia do Pati, a história do local e de sua comunidade quanto na mediação de interações respeitadas com os moradores, que ainda preservam traços tradicionais de um lugar com acesso restrito ao mundo globalizado, tecnológico e interconectado.

Além de garantir a segurança dos grupos durante o *trekking*, esses profissionais contribuem para a valorização cultural e para a economia local, promovendo o turismo sustentável. Para (Schwarz, 2017, p.52).

Os e as guias também exercem um papel bastante importante durante o passeio em que se engajam com seus grupos: escolhem os melhores caminhos a serem percorridos; determinam os momentos de parada para comida e para que os e as turistas tirem as suas fotos e selfies; orientam a respeito da melhor maneira de fazerem suas necessidades fisiológicas; prestam socorro caso algum acidente ocorra; carregam o peso das comidas que serão levadas para serem consumidas no caminho; estabelecem o tempo de parada nos atrativos; etc.

Conforme observado em campo, a imersão do turista nas trilhas do Vale do Pati segue as regras estabelecidas pelo órgão gestor do PNCD. A comunidade os recebe mediante um contato prévio, uma vez que é necessária uma organização na logística do atendimento. Atualmente a comunidade conta com 13 casas com estruturas físicas prontas para acolher os turistas após o percurso das trilhas, além de dispor de locais específicos para a prática do camping.

A mediação entre turista, agência de viagem e o condutor evidencia as etapas de interação e os canais de comunicação que conectam esses agentes (Figura 02). Um dos caminhos para planejar a prática de *trekking* no Pati começa quando o turista entra em contato com o operador emissor, este, representa agências ou intermediários que auxiliam no planejamento inicial da viagem, conectando o turista ao operador receptivo, responsável pelas experiências no destino, até chegar ao condutor, que conduzirá as trilhas. Outra possibilidade é o turista, motivado por indicações, procurar diretamente um condutor ou, ainda, por meio de uma agência de viagem, que também pode recomendar um profissional local. Há também quem prefira entrar em contato com agência de viagem ou um guia por indicação.

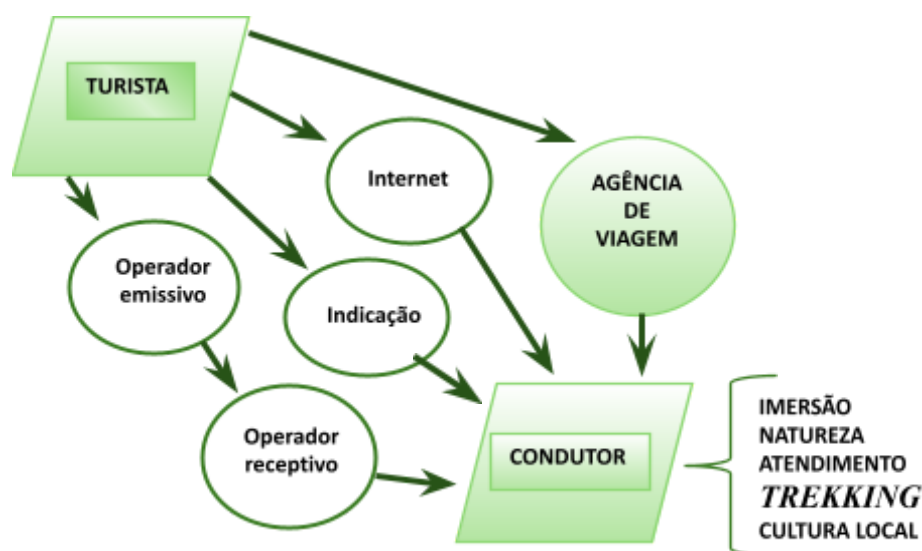


Figura 2: Fluxograma mediado entre turista, agência e condutor para experiência no Vale do Pati.

Figure 2: Flowchart mediated between tourist, agency, and guide for the experience in Vale do Pati.

Fonte: Dados de campo. Elaboração própria (2023).

Source: Field data. Author's elaboration (2023).

A internet e as indicações desempenham um papel importante nesse processo de decisão, permitindo que o turista tenha acesso direto às agências de viagem, operadores e condutores. Dessa forma, a internet se torna um instrumento balizador na tomada de decisão, o engajamento nas redes sociais onde 100% dos entrevistados afirmaram possuir alguma rede social ativa, que facilita uma pesquisa autônoma, as indicações e depoimentos disponíveis pelos turistas guiados por estes profissionais reforçam a confiança e a credibilidade na escolha dos serviços.

A agência de viagem atua como um ponto de centralização e organização dos serviços, conectando o turista ao operador receptivo e ao condutor. Além disso, organiza as atividades de acordo com as preferências do cliente, garantindo uma experiência personalizada. Independentemente da forma escolhida, o guia local é o responsável por proporcionar a vivência prática no destino.

A experiência promovida pelo condutor enfatiza aspectos como imersão na natureza, acolhimento, recepção em casas de nativos e a valorização da cultura local, promovendo um turismo sustentável e enriquecedor.

Assim, esse fluxo reflete a complexidade das interações do turismo que ocorre no Vale do Pati, evidenciando que o planejamento e a experiência final dependem de uma colaboração eficaz entre os diversos agentes, inclusive os condutores. Além disso, destaca-se a importância de uma comunicação clara e da valorização dos elementos culturais e naturais para criar experiências memoráveis e sustentáveis.

O termo guia, de acordo com Sales, (2012, p.18) “significa o que dá orientação, encaminhamento, norteamo, luz, direção, mostra rumos a serem seguidos”. Já o condutor pode ser considerado um “[...] profissional da área do turismo e auxiliador da sensibilização e conservação ambiental, capaz de conduzir visitantes em diversos atrativos (sítios) turísticos naturais de sua localidade de ação protegidos ou não” (Ribas; Hickenbick, 2012, p. 147). No Vale do Pati este profissional é reconhecido como condutor de turismo por atuar nessa região específica conforme pontua o C2.

“Somos condutores preparados para acompanhar os turistas no nosso lugar municipal” (C2, 2023).

Os condutores também apoiam na logística, na administração do tempo e na condução de atividades práticas, e refeições durante as trilhas. Na condução da “guiagem²” procuram garantir que os turistas sigam os caminhos corretos e evitando áreas perigosas da trilha, apresentam informações sobre a cultura, a história, o meio ambiente da região além de fomentar a educação ambiental, mostrando ter conhecimento profundo sobre o ambiente local e suas particularidades.

No contexto do ecoturismo, as funções dos condutores que atuam no Pati revelam nuances importantes sobre a sua contribuição para a experiência dos turistas e para a preservação ambiental. Gondim; Oliveira (2016) consideram que para ocorrer a aproximação entre ecoturista e o lugar, a educação patrimonial aflora através do intermédio do condutor local, colocando o ecoturista em contato e experiência com as comunidades locais.

Caracterização sociodemográfica dos condutores que atuam no Vale do Pati

O critério de inclusão para responder os questionários desta pesquisa foi o indivíduo atuar como guia ou condutor nativo ou não de maneira independente ou através de agências de turismo. Assim foi possível constatar que os condutores entrevistados têm, em média, 10 anos de atuação na profissão. Dos 21 entrevistados, 90,48% (equivalente a 19

peças) atuam não apenas como condutores, mas também como brigadistas.

Os dados coletados sobre o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa (Tabela 1) revelam um predomínio significativo do gênero masculino (80,95%). Quanto à faixa etária, destaca-se a concentração entre 28 e 47 anos (cerca de 80,93% dos respondentes), deixando evidente que a maioria é composta por adultos em idade produtiva. Em relação ao nível de escolaridade, observa-se uma predominância do Ensino Médio completo (76,19%), com baixa representação de participantes com Ensino Superior (14,29%) e praticamente inexistente nos extremos (não escolarizados ou com pós-graduação) esse dado sugere um perfil educacional intermediário. O estado civil indica uma maioria de solteiros (52,38%), seguido por casados/união estável (23,81%) e separados/divorciados (19,05%), o que pode refletir características socioculturais locais, dinâmicas familiares ou contextos de mobilidade social da população. No aspecto religioso, chama a atenção o número expressivo de pessoas que se declararam sem religião (42,86%), seguido pelos católicos (33,33%). Observa-se que a diversidade religiosa é limitada, com pouca presença de outras crenças.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico dos condutores de turismo do Vale do Pati Chapada Diamantina Ba.

Table 1: Sociodemographic profile of the tourism guides in Vale do Pati, Chapada Diamantina, BA.

Variável	Categoria	N Amostral	%
Gênero	Masculino	17	80,95
	Feminino	4	19,05
Faixa etária	18-27	2	9,52
	28-37	9	42,85
	38-47	8	38,08
	48-58	2	9,52
Escolaridade	Não frequentou a escola	-	-
	E.F. incompleto	-	-
	E.F. Completo	1	4,76
	E.M. Incompleto	1	4,76
	E.M. Completo	16	76,19
	Superior	3	14,29
	Pós-graduação	-	-
Estado civil	Solteiro(a)	11	52,38
	Separado /Divorciado(a)	4	19,05
	Casado / União estável(a)	5	23,81
	Viúvo(a)	1	4,76
Religião	Católico	7	33,33
	Espírita	3	14,29
	Evangélico	1	4,76
	Matriz Africana	-	-
	Não tem religião	9	42,86
	Outra	1	4,76

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Source: Prepared by the authors (2025).

A maioria dos respondentes (90,48%) não nasceu no Vale do Pati. Os dados mostram que 19,4% nasceram em outros estados, 4,7% em Salvador, capital da Bahia, e 66,38% são nativos de diversos municípios da Chapada Diamantina. Segundo o entrevistado C01:

“Desde o falecimento da parteira local há um pouco mais de 20 anos, não há mais nascimentos na comunidade, sendo necessário que a gestante se desloque para fora do Pati até o período do pós-parto e este é o motivo pelo qual não há mais guias nascidos dentro do Pati”. (C01, 2023)

Vale destacar que, embora 90,48% dos entrevistados não residam no Vale do Pati, muitos vivem em cidades ou povoados próximos ao PNCD, o que facilita o acesso à área e mantém uma relação ativa com a comunidade. Ao serem questionados sobre o local de nascimento, a atual residência e o tempo de experiência, surgiram realidades bastante diversas, que contribuíram para diferentes perspectivas, conforme descrito no Quadro 1. Ainda assim, todos compartilharam um discurso coeso e consciente sobre a importância de seu papel no parque, na valorização da comunidade e na conservação do meio ambiente local.

Quadro 1: Distribuição Territorial e Experiência dos Condutores do Vale do Pati.

Table 1: Territorial Distribution and Experience of the Vale do Pati Guides.

LOCAL DE NASCIMENTO	ESTADO	LOCAL ONDE RESIDE	TEMPO DE ATUAÇÃO COMO GUIA/CONDUTOR
Andaraí	Bahia	Guiné	06 anos
Vale do Pati	Bahia	Guiné	10 anos
Lençóis	Bahia	Lençóis	15 anos
Salvador	Bahia	Guiné	09 anos
Ibicoara	Bahia	Ibicoara	08 anos
Minas Gerais	Belo Horizonte	Vale do Capão	14 anos
Lençóis	Bahia	Palmeiras	05 anos
Ibicoara	Bahia	Ibicoara	19 anos
São Paulo	São Paulo	Vale do Capão	23 anos
Paraíba	João Pessoa	Vale do Capão	12 anos
Palmeiras	Bahia	Vale do Capão	20 anos
Ibicoara	Bahia	Ibicoara	10 anos
Barra da Estiva	Bahia	Ibicoara	06 anos
Santos	São Paulo	Mucugê	10 anos
Igatu	Bahia	Mucugê	02 anos
Vale do Capão	Bahia	Vale do Capão	24 anos
Mucugê	Bahia	Vale do Pati	10 anos
Guiné	Bahia	Mucugê	20 anos
Mucugê	Bahia	Mucugê	25 anos
Guiné	Bahia	Mucugê	20 anos
Palmeiras	Bahia	Palmeiras	15 anos

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Source: Prepared by the authors (2025).

A análise do Quadro 1 evidencia que a condução turística na Chapada Diamantina é amplamente dominada por baianos (81% da amostra), evidenciando um forte vínculo entre o território e a prestação de serviços. No entanto, a migração de profissionais do Sudeste e de outros

estados do Nordeste sinaliza a relevância da região como polo de oportunidades no ecoturismo. Os principais locais de residência identificados Vale do Capão, Ibicoara, Mucugê e o distrito de Guiné configuram-se como pólos consolidados da atividade turística regional. Entre eles, Mucugê e o Vale do Capão destacam-se por concentrar os profissionais mais experientes, dos quais alguns superam duas décadas de atuação. No que se refere ao tempo de carreira da amostra total, observa-se uma maturidade profissional expressiva: 19% dos condutores possuem mais de 20 anos de experiência, 48% situam-se na faixa entre 10 e 19 anos, enquanto 33% acumulam até 9 anos de prática. Essa distribuição sugere que, além da beleza natural, a infraestrutura e a tradição turística desses locais contribuem para a permanência e especialização dos profissionais, fortalecendo a identidade e a sustentabilidade do turismo regional.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a relação parental entre os guias e os residentes da comunidade. Além disso, eles faziam questão de relatar como se tornaram condutores, destacando, durante a aplicação dos questionários, os nomes e as experiências dos anciãos, considerados indispensáveis para sua formação profissional, seja em memória ou por meio de vivências diretas.

Entre os entrevistados, 90,48% indicaram que a atividade turística é sua principal fonte de renda, enquanto para 9,5% a agricultura serve como complemento financeiro. Além disso, 95,24% destacaram que o turismo também é a principal fonte de sustento para outros membros de suas famílias. Conforme esses dados informados, é possível verificar a importância socioeconômica da atividade turística para os condutores do Vale do Pati, bem como para suas famílias, consolidando seu papel fundamental na região.

A concentração de 61,90% dos entrevistados na faixa de renda entre um e dois salários-mínimos (Tabela 2, próxima página) reflete o perfil econômico de profissionais dependentes de atividades sazonais e das flutuações do fluxo turístico. Notadamente, a totalidade da amostra declarou não receber benefícios de programas governamentais. Os valores referem-se à renda líquida informada, desconsiderando ganhos variáveis, como gratificações e gorjetas. Considerando que a média salarial nacional para guias de turismo oscila entre R\$1.411,00 e R\$2.500,00 (CGED, 2023) a depender da formação e localidade, os resultados obtidos evidenciam a vulnerabilidade econômica e a instabilidade inerente às condições de trabalho no setor.

Dentre os entrevistados, 38,10% trabalham prestando serviços para agências, enquanto 61,90% atuam de maneira independente, utilizando indicações e divulgação em redes sociais para captar turistas. Entre as agências mencionadas pelos condutores, 33,3% operam tanto online quanto presencialmente e estão localizadas nos arredores do PNCD.

Tabela 2: Caracterização socioeconômica dos condutores do Vale Pati, Chapada Diamantina, Bahia.

Table 2: Socioeconomic characteristics of the guides in Vale do Pati, Chapada Diamantina, Bahia.

Características socioeconômicas	n	(%)
	Mediana	
Renda média mensal		
Maior que 1 até 2 salários-mínimos	13	61,90
Maior que 2 até 3 salários-mínimos	5	23,81
Maior que 3 até 4 salários-mínimos	2	9,52
Maior que 4 até 5 salários-mínimos	1	4,76
Beneficiário de bolsa governamental		
Não	21	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Source: Prepared by the authors (2025).

O condutor identificado como C02 explicou que, para atuar no Pati:

“É essencial conhecer bem as trilhas, os nativos e o local. Geralmente, os profissionais iniciam ainda jovens, como ajudantes de guias mais experientes, e, ao atingirem a maioridade, realizam um curso de capacitação e se associam a uma das agências da região, começando a trabalhar como condutores para, posteriormente, exercerem a função de condutor”.

No total, 95,24% dos entrevistados pertencem a alguma associação localizada no entorno do PNCD. Entre elas, destaca-se a *Rainhas da Serra*, uma associação que mesmo em processo de formalização no período deste estudo é exclusivamente voltada para condutores do gênero feminino, que têm atuado em roteiros turísticos na Chapada Diamantina, incluindo o Vale do Pati. Conforme Sousa; Beckhauser; Spinola, (2023), o engajamento e empoderamento das mulheres da região têm levado essas profissionais a se destacarem em ocupações tradicionalmente dominadas por homens.

Além disso, 90,48% dos entrevistados também conduzem turistas para outros atrativos fora do Vale do Pati. No entanto, a demanda por roteiros em outros destinos, especialmente nos arredores do PNCD, é com menor frequência em comparação à procura pelo Pati.

Assim, é possível constatar que os condutores do Vale do Pati demonstram não apenas competência e dedicação à profissão, mas também desempenham um papel de extrema importância na valorização da cultural, na sustentabilidade e no fortalecimento do turismo local, se colocando como agentes de transformação social e econômica na Chapada Diamantina.

A atuação dos condutores entre exigências formais e práticas cotidianas

Para ser condutor, existe um pré-requisito conforme já discutido anteriormente. No entanto, 61,90% dos entrevistados afirmaram que essa exigência não vem sendo cumprida na prática. Alguns demonstraram indignação com essa situação:

C01: "Me sinto indignado com isso".

C10: "Alguns são clandestinos".

Outro ponto frequentemente questionado aos entrevistados, refere-se à necessidade de formação continuada, como destacou:

C01- "O currículo da escola deve incluir atividades voltadas para o trabalho turístico e que ofereça melhores aulas de inglês, educação ambiental, primeiros socorros, educação financeira e geologia".

C07: "A gente aprende muito na prática, mas sentimos falta de cursos que ajudem a gente a entender mais sobre meio ambiente e segurança".

Quando questionados sobre a realização de formações, treinamentos ou cursos oferecidos pelo órgão gestor do PNCD, apenas 38,10% disseram ter participado de alguma capacitação. Destes, 33,33% dos participantes acreditam que o ICMBio deveria ser o responsável direto por oferecer essas formações e 14,29% não lembravam exatamente há quanto tempo nem qual curso haviam feito. No total 61,90% afirmaram ter buscado formações por conta própria, como relataram:

C06: "O órgão gestor não oferta, mas nós fazemos pela associação de guias".

C10: "Não faço, porque não é ofertado. E quando ofertam é sempre o mesmo: o de brigada de incêndio".

Vale destacar que 90,48% dos condutores entrevistados também atuam como brigadistas e definem essa função como um dever, conforme os condutores 02, 09 e 17:

C02: "Arriscado, pois não há nenhum tipo de garantia é voluntário".

C09: "Necessário, porque se juntamos para cuidar do lugar".

C17: "Por proteger nosso patrimônio".

Quando questionados sobre a necessidade de curso de formação para atuar como condutores, todos os entrevistados consideraram os cursos de Competência Mínima para Condutores (CMC), Resgate Aquático e Primeiros Socorros como fundamentais para o exercício seguro e qualificado da função de condutor.

Com relação a guagem, observa-se uma distribuição desigual do número de turistas atendidos, com concentração na faixa intermediária de 10 a 16 turistas por mês. Essa disparidade sugere diferentes níveis de inserção e reconhecimento entre os condutores locais (Tabela 3), o que pode estar associado a fatores como tempo de experiência, redes de contato, sazonalidade da demanda e condições individuais de trabalho.

Tabela 3: Média de turistas atendidos por mês pelos condutores do Vale do Pati.

*Os percentuais mencionados se referem ao fato de que cada respondente teve a oportunidade de mencionar mais de uma opção, assim como mencionar outros.

Table 3: Average Number of Tourists Assisted per Month by the Vale do Pati Guides.

*The percentages mentioned refer to the fact that each respondent had the opportunity to select more than one option, as well as to mention others.

Faixa de turistas atendidos por mês	Frequência	Percentual (%)	Análise interpretativa
4 a 7 turistas	7 condutores	33,33%	Representam os condutores com menor fluxo mensal de atendimento, possivelmente atuando de forma mais pontual e sazonal.
10 a 16 turistas	10 condutores	47,62%	Grupo majoritário, com volume médio e relativamente constante de atendimentos, indicando inserção consolidada na atividade.
30 a 50 turistas	4 condutores	19,05%	Condutores com maior demanda, possivelmente mais experientes, com forte articulação com agências e maior visibilidade no mercado local.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Source: Prepared by the authors (2025).

Vale destacar que há casos isolados de condutores que chegam a atender 50 turistas em um único mês, enquanto outros atendem apenas 4, revelando uma distribuição bastante desigual da demanda turística entre os profissionais. Não há um controle formal sobre esses números; segundo os próprios condutores, eles não recusam guias, pois há meses com mais oportunidades e outros com menos.

No que tange à relação com as agências de viagem, os entrevistados destacaram a baixa remuneração e a escassez de reconhecimento profissional. Além disso, criticaram a concentração das parcerias em residências específicas, evidenciando um sistema de preferências por parte das empresas que limita a distribuição equitativa das oportunidades. Essa prática impede que outras unidades de acolhimento sejam beneficiadas pelo fluxo turístico, gerando um desequilíbrio na repartição dos ganhos econômicos no território.

C09 – “Deveria existir parceria entre as agências com o órgão gestor”.

C18 – “Prefiro trabalhar de forma independente, as agências exploram nosso trabalho e não dão o devido valor”.

C21 – “Faço mais trilhas para o Pati quando a associação me chama ou quando o turista me procura por indicação, o repasse das agências além de ser mal remunerado não dão valor ao nosso trabalho”.

Desta forma, é possível detectar um conjunto de perspectivas que vão desde o reconhecimento do valor do próprio trabalho, passando por críticas ao órgão gestor, as agências de turismo, à gestão pública e à infraestrutura, apontando propostas concretas que visam à melhoria das condições de trabalho, formação e sustentabilidade local.

Compreensões e vivências ambientais dos condutores do Vale do Pati

No que se refere ao entendimento que possuem em relação ao conceito de meio ambiente, a palavra “preservação” aparece com uma frequência de 38,10% das respostas, indicando que os participantes tendem a compreender o meio ambiente a partir de uma perspectiva conservacionista, centrada na manutenção e proteção dos recursos naturais. Contudo, a diversidade das demais respostas, que aparecem de forma isolada 4,76% cada, como “vida”, “cuidado”, “fauna e flora”, “manejo” e “quintal de casa, cuidado de dentro para fora”, evidência a existência de múltiplos significados atribuídos ao conceito de meio ambiente, que incorporam dimensões afetivas, práticas e sociais. Os condutores C16 e o C20 fazem questão de enfatizar que meio ambiente é:

C16 – “é a vida da gente”.

C20- “é de onde tiro a minha sobrevivência”.

Foi solicitado aos participantes da pesquisa que realizassem uma autoavaliação sobre sua participação em questões ambientais relacionadas ao Vale do Pati. Dos 21 participantes, 90,48% se consideram bem ou muito bem envolvidos com as ações ambientais locais. Observa-se uma tendência geral de envolvimento moderado a alto nas afirmações sobre as questões ambientais do Vale do Pati. Em todos os itens, as respostas se concentraram nos níveis 4 (Concordo parcialmente) e 5 (Concordo Totalmente) da escala (Gráfico 01), evidenciando um elevado nível de percepção positiva em relação aos conhecimentos ambientais.

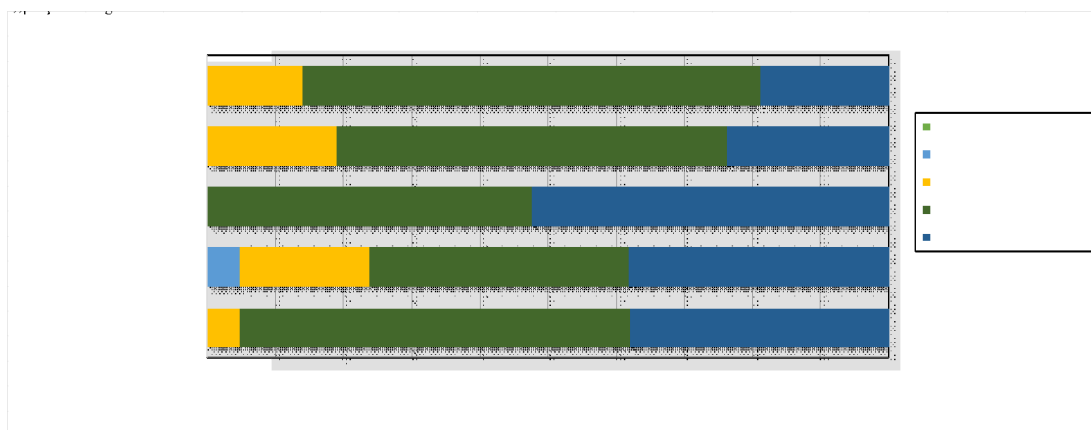


Gráfico 1: Conhecimentos sobre o Vale do Pati.

Graph 1: Knowledge about the Pati Valley.

Fonte: Dados de campo. Elaboração própria (2023).

Source: Field data. Author's elaboration (2023).

Os resultados revelaram uma percepção positiva dos condutores sobre seus próprios conhecimentos ambientais e históricos no Vale do Pati, com predominância de respostas nos níveis mais altos da escala. No entanto, essa autovalorização exige cautela pois, embora o índice de concordância seja positivo e indique engajamento, ele não necessariamente garante profundidade ou precisão técnica. A dispersão de respostas em

temas como formação geológica e meio ambiente sugere que há áreas menos dominadas, possivelmente por ausência ou ineficiência de capacitação específica ou acesso a informações mais estruturadas. Assim, embora os condutores demonstrem compromisso e consciência ambiental, é necessário investir em formação continuada e validação externa desses saberes para fortalecer a atuação responsável e sustentável na região.

No entanto, os condutores fizeram questão de pontuar onde eles obtiveram estes conhecimentos:

- C1 – “Boca a boca, mais que estudos e principalmente com os ensinamentos com meus avós e pais”.
- C3- “Vivência como condutor na região, cursos oferecidos e com os mais velhos”.

Outro dado que chama atenção, é o fato de que a maioria dos condutores de 80,95% nunca tenha visitado outro Parque Nacional. Eles conseguem demonstrar uma consciência crítica sobre a importância dessas áreas e sobre o papel que desempenham, tanto na experiência turística quanto na conservação ambiental. Dos entrevistados, 95% afirmaram saber que o ICMBio é o órgão gestor, embora 42,86%, relataram não ter acesso às informações sobre as normas de proteção ambiental do Vale do Pati. Os condutores 05 e 09 destacaram que:

- C05 - “Conheço as normas, pois estudei o Plano de Manejo”.
- C09 - “O órgão gestor deveria ser mais parceiro. Não sou condutor apenas pelo dinheiro e entendo que as guiagens precisam ser repensadas, não só pelos possíveis impactos ambientais, mas também para garantir uma melhor distribuição de renda”.

Também foi apresentado como uma preocupação, pelos condutores 02, 03 e 09 a ausência de fiscalização e apoio do órgão gestor:

- C02 – “O fluxo de turista é um impacto, mas é necessário, e por isso requer que seja planejado”.
- C03 – “A ausência de fiscalização, quanto mais pessoas, mais impactos e isso é uma falha da administração do parque”.
- C09 – “O órgão gestor deveria ser mais parceiros, além de ter guardas no parque”.

A introdução da tecnologia, também aparece como uma preocupação, mesmo que embora, tenha ajudado muito principalmente para comunicação entre os condutores, a comunidade, com as agências, eles temem a interferência com a essência local.

- C11 - “A introdução da tecnologia tira a essência do convívio local”.
- C18 - “Antigamente, quando mandavam uma carta para o patzeiro, quem levava, era quem estava levando mantimento ou fazendo guiagem hoje temos rádio de comunicação e a internet”.

Uma percepção negativa, é a precariedade das condições de trabalho, sustentabilidade local e a preservação. A sazonalidade da demanda turística e a ausência de políticas públicas que reconheçam e valorizem a categoria.

C05 - “A gente cuida do turista, da trilha e ainda tem que apagar incêndio quando o parque pega fogo, mas ninguém lembra da gente na hora de fazer política ou dar apoio”.

As falas também revelaram preocupações com relação às condições e os desafios enfrentados no exercício de suas atividades.

C02 – “O fluxo de turismo é um impacto positivo e negativo, mas necessário. Já o turismo irregular acumula lixo, fazem fogueira e acampam em qualquer lugar, o que ruim”.

Outra preocupação apresentada é que mesmo não havendo esgoto a céu aberto, reconhecem que o uso de fossas não é a solução ambientalmente mais adequada ainda que, no momento, seja a alternativa que melhor se adapta à realidade local.

C03 - “Há ausência de um sistema de tratamento de esgoto e isso é um problema”.

Desta forma, estes relatos revelam não apenas o compromisso dos Condutores com o cuidado ao território, mas também a urgência de reconhecer seus saberes e valorizar suas condições de trabalho, para que possam continuar exercendo sua atividade de forma sustentável, em harmonia com o meio ambiente e respeitando a comunidade.

Considerações Finais

A imersão em campo junto aos condutores de visitantes no Vale do Pati revelou que a atividade transcende a mera geração de renda; ela se configura como uma expressão de identidade e um profundo vínculo geracional que sustenta a comunidade e salvaguarda a cultura local. Estes atores desempenham um papel indispensável no ecoturismo sustentável da Chapada Diamantina, atuando como mediadores culturais, educadores ambientais e guardiões do patrimônio natural.

A interação entre os condutores se apresenta como uma colaboração que enriquece a experiência dos turistas e revela a importância de equilibrar a formação teórica com a prática. Para maximizar os benefícios do ecoturismo, é essencial que esses profissionais trabalhem em parceria, respeitando suas funções específicas e promovendo uma experiência holística que valorize a educação ambiental, a segurança dos visitantes e a conservação do patrimônio natural. Essa cooperação não só eleva a qualidade da experiência turística, mas também fortalece a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

Contudo, o inegável valor desta atuação contrasta com graves vulnerabilidades socioeconômicas. A categoria enfrenta desafios estruturais, como a instabilidade financeira imposta pela sazonalidade e a carência de políticas públicas que assegurem direitos trabalhistas e o reconhecimento formal da profissão. A precariedade manifesta-se, por exemplo, na atuação voluntária como brigadista de incêndio, em que os condutores assumem riscos para proteger a Unidade de Conservação sem o devido amparo legal. Além disso, a predominância da organização autônoma e independente agrava os riscos à qualidade de vida dos trabalhadores, ameaçando a viabilidade do modelo ecoturístico a longo prazo.

Para além da análise do perfil social e econômico, as percepções e perspectivas evidenciadas, apresentam um desejo coletivo por maior reconhecimento, valorização, formação continuada e condições de trabalho mais dignas. Os relatos de campo revelaram um sentimento de orgulho em relação ao papel desempenhado, mas também uma preocupação com a preservação do meio ambiente, ausência de um controle, a sazonalidade da atividade, a falta de políticas públicas que atenda a especificidade do local, a ausência de reconhecimento formal pelo trabalho desempenhado em prol da conservação ambiental e do turismo sustentável.

Ainda assim, o modelo de atuação desses condutores é um exemplo a ser seguido em outros destinos turísticos. Para estudos futuros, recomenda-se a investigação de associações de guias e condutores, bem como pesquisas sobre o cadastro desses profissionais e suas formações. Espera-se que este estudo possa contribuir para o planejamento e gestão de parques por parte dos gestores.

É possível também indicar a adoção de políticas públicas locais e nacionais que reforcem o reconhecimento formal dos condutores, com regulamentação específica que contemple suas condições de trabalho e direitos. Promoção de capacitação contínua, com ênfase em educação ambiental e gestão turística sustentável, fortalecendo a qualificação dos profissionais e a qualidade dos serviços oferecidos. Criação de incentivos financeiros e estruturais para fortalecer a organização coletiva da categoria, como associações locais, e fomentar parcerias entre comunidades, órgãos públicos e o setor privado.

Retomando a questão inicial, sobre a atuação sobre os condutores no Vale do Pati é caracterizado pela valorização do lugar e de seus costumes, além da contribuição econômica para o desenvolvimento local e para a permanência da população em sua comunidade de origem que em conjunto com outros atores do turismo fortalece a sustentabilidade e a resiliência da região.

Referências

BAHIA. Observatório do Turismo da Bahia. **Boletim de Análise Conjuntural do Turismo da Bahia BACTBA**. Disponível em:

<http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Prod-3-Estudo-de-Demanda-Atual.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação. O turismo na Bahia cresceu 12,6% no segundo trimestre de 2024, resultado superior à média nacional. Disponível em:

https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3112&Itemid=906&lang=pt. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Cria o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 1966. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0055.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Turismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5197.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.181, de 28 de março de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 mar. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8181.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Portaria nº 130, de 26 de agosto de 2013. Regulamenta o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 8 dez. 2024.

BRASIL. Lei n. 14.971, de 8 de agosto de 2024. Institui o Dia Nacional do Guia de Turismo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 ago. 2024. Disponível em: https://www.vademecumprevidenciario.com.br/legislacao/art/lei_00149712024-1 Acesso em: 8 dez. 2024.

GOVERNO FEDERAL. Ações do Governo Federal impulsionam recorde de visitação de 25,5 milhões aos parques nacionais. Secretaria de Comunicação Social, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/acoes-do-governo-federal-impulsionam-recorde-de-visitacao-de-25-5-milhoes-aos-parques-nacionais>. Acesso em: 29 set. 2025.

ALMEIDA, A. R. B.; ROCHA, A. M. (2023). Reflexões sobre a atuação dos condutores de visitantes: fragilidades em tempos de pandemia. **Revista de Turismo Contemporâneo**, 11(2), 298-316. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n2ID27898>

- CURY, M. J. F. Lazer em parques nacionais. In: TRIGO, L. G. G. (org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 567-576.
- DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W. Y.; WRIGHT, P. C.; RUF, K.; DEL VALLE, F. B. R. Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.
- FECOMERCIO-SP. **Turismo nacional cresce no primeiro semestre e registra melhor patamar desde 2019**. Disponível em: <https://fecomercio.com.br/noticia/turismo-nacional-cresce-no-primeiro-semester-e-registra-melhor-patamar-desde-2019-1>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010. p.349-381.
- FOLMANN, A. C. 2020. **Trilhas de longo curso: valorização da paisagem, geodiversidade e turismo**. Disponível em: < <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3510>> Acesso em: 27 de mar de 2023.
- FRATUCCI, Aguinaldo César. Os processos de turistificação do espaço e a atuação dos seus agentes produtores. **X Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, João Pessoa, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/869796/Os_processos_de_turistifica%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o_e_a_atua%C3%A7%C3%A3o_dos_seus_agentes_produtores. Acesso em: 11 ago. 2025.
- GONDIM, L. B. OLIVEIRA, C. D. M. Ecoturismo como valor patrimonial de resignificação do lugar: a experiência na chapada Diamantina-BA. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta> ISSN 2177-1642 Macapá, n. 8, p. 81-96, 2016 DOI: 10.18468/planetaamazonia.2016n8.p81-96.
- GONÇALVES, C. N. **Comunidade do Vale do Pati, Parque Nacional da Chapada Diamantina** In: GONÇALVES, C. N. & GONÇALVES, C. F. A. (Org). Aspectos Botânicos e ecológicos em comunidades da Chapada Diamantina. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, p. 73-97.
- GOODMAN, L. A. *Snowball sampling*. **The Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, n. 1, p. 148-170, 1961.
- ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES. DIRETORIA DE UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL. **Plano de manejo para o Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/caatinga/lista-de-ucs/parna-da-chapada-da-diamantina/arquivos/parna_chapada_diamantina.pdf> Acesso em: 27 de nov. 2023.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Com 12,5 milhões de visitas, Parques Nacionais têm recorde de visitação em 2024*. Brasília, 27 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/com-12-5-milhoes-de-visitas-parques-nacionais-tem-recorde-de-visitacao-em-2024>. Acesso em: 12 out. 2025.

LETT, James. Emic-etic distinctions. In: LEVINSON, David; EMBER, Melvin (Eds.). **Encyclopedia of cultural anthropology**. New York, NY: Henry Holt and Company, 1996. p. 382-383.

NASCIMENTO, M. M. **Comunidades nativas e áreas de preservação: tensões entre políticas ambientais e o uso do território no Parque Nacional da Chapada Diamantina**. Salvador. 2018. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciências Sociais.

SILVA, T.E.; CRISPIM, M.C.; ANDRADE, M.O.; REGALA, P.S. Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v14,n.3, ago-out2021, pp. 368-390.

SCHWARZ, D. **'Prontos para sair da civilização?': O Vale do Pati e o ecoturismo**. Campinas, SP: [s.n.], 2017.

DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2017.985610>.

SILVA, T. E.; CRISPIM, M. C.; ANDRADE, M. O.; REGALA, P. S. Ecoturismo e educação ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 368-390, ago./out. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/11416/8611>. Acesso em: 10 set. 2025.

SPINOLA, C. A. **Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil: o caso do parque nacional da Chapada Diamantina, Bahia**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia)- Universitat de Barcelona, Espanha, 2005.

TRIGO, L. G. G. (2009). *Turismo básico* (8ª ed.). São Paulo: SENAC São Paulo. UNWTO. (2016). **World Tourism Organization**. Recuperado em 10 jan. 2016, de <http://www2.unwto.org>

VALLE, I. A. (2004). **A profissão de guia de turismo: conhecendo o passado e o presente para projetar o futuro**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, BA, Brasil.

ZETTERMANN, G. D.; VERGARA, L. G. L. O guia de turismo: uma abordagem legal sobre uma profissão no Brasil. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 19, n. 1, p. 185-215, jan./abr. 2017. DOI: 10.14210/rtva.v18n2. p185-215.

Notas:

O Uso Público consiste na utilização das UCs com fins recreativos, desportivos, educacionais, culturais ou religiosos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais, conforme Instrução Normativa nº 5, de 1º de junho 2018 (ICMBio, 2018).

2 BACTBA - Boletim de Análise Conjuntural do Turismo da Bahia é uma importante ferramenta que reúne dados estatísticos, indicadores econômicos e informações relevantes sobre o comportamento da demanda e oferta turística, além de tendências e projeções que impactam o turismo regional, orientando iniciativas de desenvolvimento sustentável e competitivo no setor.

³ A abordagem êmica busca compreender a visão de mundo e as práticas a partir da própria perspectiva de um grupo, validada pelo consenso interno e enraizada em sua cultura cultural (Lett, 1996). No Vale do Pati, por exemplo, “Patizeiros” é uma categoria êmica usada pelos próprios moradores e por quem convive com eles.

⁴ Entendido como fenômeno socioespacial contemporâneo gerador de uma atividade econômica dinâmica, o turismo provoca alterações significativas nas estruturas ocupacionais das populações residentes nas áreas onde ele se manifesta (Fratucci, 2007).

5 “Guiagem” é a forma como os guias/condutores chamam um dia de roteiro.

6 O salário-mínimo em 2023 era de R\$1.320,00.

Agradecimentos

A Universidade Salvador - Unifacs pela oportunidade da realização do mestrado, aos guias que conduzem para Vale do Pati e que colaboraram com a pesquisa, em especial a Edvan e Carlito que foram profissionais excepcionais na condução de seu papel.

Juliana Vieira Barbosa da Conceicao Teixeira

E-mail: julianavbcm@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1191319617807345>

Carolina de Andrade Spinola

E-mail: carolina.spinola@animaeducacao.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7682554262842320>

Renato Barbosa Reis

E-mail: georeis@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8140072430479193>

Gabriel Barros Gonçalves de Souza

E-mail: gabrielbbarros@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4012374701934609>